

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em suas provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Caso, em seu caderno de provas, haja itens que demandem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB5A1AAA

1 Tratando-se do dever de prestar contas anuais, cabe,
inicialmente, verificar como tal obrigação está preceituada no
ordenamento jurídico. A Constituição Federal prevê que cabe
4 ao presidente prestar contas anualmente ao Poder Legislativo.
Por simetria, tal obrigação estende-se ao governador do estado
e aos prefeitos municipais.

7 O dever anual de prestar contas é da pessoa física.
Assim sendo, no nível municipal, esse dever é do prefeito, que,
nesse caso, age em nome próprio, e não em nome do
10 município. Tal obrigação se dá em virtude de força da lei. O
povo, que outorgou mandato ao prefeito para gerir seus
recursos, exige do prefeito — por meio de norma editada pelos
13 seus representantes — a prestação de contas. Sendo tal
prestação obrigação personalíssima, não se pode admitir que
seja executada por meio de pessoa interposta. Isso quer dizer
16 que o tribunal de contas deve recusar, por exemplo, a prestação
de contas apresentada por uma prefeitura referente à obrigação
de um ex-prefeito. Quer dizer também que o ex-prefeito
19 continua sujeito a todas as sanções previstas para aqueles que
não prestam contas.

Por essa razão, é necessário que haja a separação das
22 contas — que devem, inclusive, ser processadas em autos
distintos — quando ocorrer de o cargo de prefeito ser ocupado
por mais de uma pessoa durante o exercício financeiro. Nesse
25 caso, cada um será responsável pelo período em que ocupou o
cargo.

Ailana Sá Sereno Furtado. **O dever de prestar contas dos prefeitos**. Internet: <<https://jus.com.br>> (com adaptações).

A respeito das ideias veiculadas no texto CB5A1AAA, julgue os próximos itens.

- 1 Governadores e prefeitos devem prestar contas ao Congresso Nacional.
- 2 As contas do prefeito e da prefeitura devem ser prestadas separadamente, uma vez que servem a funções distintas.
- 3 O presidente da República, o governador do estado e o prefeito municipal devem prestar contas no início de cada ano.
- 4 Ao ex-prefeito, que continua sujeito a todas as sanções previstas em lei, não é permitido apresentar contas após o prazo previsto para essa obrigação.

Julgue os itens que se seguem, a respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto CB5A1AAA.

- 5 A expressão “Por essa razão” (ℓ.21) introduz no parágrafo em que ocorre uma ideia de finalidade.
- 6 A supressão da vírgula empregada logo após a expressão “Assim sendo” (ℓ.8) prejudicaria a correção do texto.
- 7 A correção gramatical do texto seria mantida caso, na linha 14, a partícula “se” fosse empregada imediatamente após a forma verbal “pode” — escrevendo-se da seguinte forma: **pode-se**.
- 8 Sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical do texto, o trecho “é necessário que haja a separação das contas” (ℓ. 21 e 22) poderia ser reescrito da seguinte forma: **é necessário que hajam contas separadas**.
- 9 O termo “ao Poder Legislativo” (ℓ.4) exerce a função de complemento da forma verbal “prevê” (ℓ.3).

Espaço livre

Texto CB5A1BBB

1 A partir do momento em que o Estado passa a cobrar
tributos de seus cidadãos, amealhando para si parte da riqueza
nacional, surge a necessidade de destinação de tais quantias à
4 realização das necessidades públicas, pois, não visando ao
lucro, o Estado não pode cobrar mais do que os dispêndios que
lhe são imputados. Na chamada atividade financeira do Estado,
7 sua principal ferramenta é o orçamento público, pois nele
constam as decisões políticas tomadas pelo administrador com
o objetivo de satisfação dos interesses coletivos.

10 Muito mais do que um mero documento de estimação
e fixação das receitas e despesas, o orçamento, conforme o
texto constitucional vigente, constitui um verdadeiro sistema
13 integrado de planejamento, de sorte que, constituindo um
verdadeiro orçamento-programa, o orçamento público passa a
constituir etapas do planejamento de desenvolvimento
16 econômico e social, isto é, passa a ser conteúdo dos planos e
programas nacionais, regionais e setoriais, que devem ser
compatibilizados com o plano plurianual.

19 Extrapolando-se os limites da simples teoria clássica
do orçamento, pode-se dizer que o orçamento, em sua feição
atual, não deve ser compreendido unicamente como a simples
22 autorização de gastos do Poder Executivo pelo Poder
Legislativo. Não se pode olvidar que, a partir do momento em
que houve a limitação das antigas monarquias absolutistas, o
rei passou a necessitar de autorização de seus vassallos para a
25 realização dos gastos da coroa — como preceituado, por
exemplo, na Magna Charta Libertatum, de 1215, e na Petition
of Rights, de 1628. Também não se deve desconsiderar que a
28 revolução orçamentária deveu-se, em grande parte, à
idealização do Estado liberal burguês, que emana, segundo
31 especialistas da área, de razões políticas, e não financeiras.

Conquanto esses fatos tenham contribuído para a
formação do orçamento em sua tessitura tradicional, é preciso,
34 hoje, refletir sobre a real natureza da lei orçamentária atual, se
autorizativa ou impositiva.

César Augusto Carra. **O orçamento impositivo aos estados e aos municípios.** Internet: <libano.tce.mg.gov.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, acerca das ideias do texto CB5A1BBB.

- 10 É correto afirmar que o texto não defende nem a ideia de que a lei orçamentária atual seja autorizativa nem a de que seja impositiva.
- 11 O Estado não pode cobrar dos cidadãos mais do que o necessário para cobrir seus gastos, porque não visa ao lucro.
- 12 A limitação das antigas monarquias absolutistas e a idealização do Estado liberal burguês estão relacionadas à formação do orçamento em sua tessitura tradicional.

Julgue os itens seguintes, com relação aos aspectos linguísticos do texto CB5A1BBB.

- 13 A substituição do vocábulo “olvidar” (ℓ.23) por **esquecer** manteria o sentido e a correção gramatical do texto.
- 14 A supressão da preposição “em” (ℓ.1) prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 15 Na linha 6, o pronome “lhe” refere-se a “Estado”.
- 16 A expressão “de sorte que” (ℓ.13) denota algo positivo, tendo sido empregada no texto para defender o lado positivo de o orçamento público constituir um “orçamento-programa” (ℓ.14).

Os itens a seguir apresentam trechos adaptados de textos do sítio do TCE/PA. Julgue-os quanto à correção gramatical.

- 17 Foi lançado no TCE/PA a campanha de arrecadação de capas de resmas de papel, que serão transformadas em sacolas e distribuídas à cerca de mil pacientes.
- 18 O evento, que aconteceu no Ginásio da Escola Superior de Educação Física, contou com a participação de diversas instituições, que, durante toda a manhã, prestaram serviços à população.
- 19 O Portal da Transparência do TCE/PA foi lançado, em maio de 2010, é um canal pelo qual a sociedade pode acompanhar a execução orçamentária e financeira deste tribunal.
- 20 A proposta de resolução será analisada pelos conselheiros antes de ser aprovada, onde os conselheiros podem apresentar emendas e sugestões antes do julgamento do texto.

Com base no disposto no **Manual de Redação da Presidência da República (MRPR)**, julgue os itens a seguir, que versam sobre correspondências oficiais.

- 21 De acordo com MRPR, o órgão emissor do documento oficial deve adotar o padrão estrutural mais adequado em suas comunicações, conforme suas especificidades.
- 22 Nas comunicações oficiais, deve-se evitar o jargão burocrático, com vistas a garantir a clareza, a padronização e a impessoalidade dos documentos oficiais.
- 23 O MRPR adota o memorando como padrão para a redação dos documentos oficiais.
- 24 A redação de documentos oficiais visa à comunicação entre órgãos da administração pública; por essa razão, nesse tipo de documento, deve-se primar pela impessoalidade e pela uniformidade, entre outros aspectos.

Em relação às finalidades dos textos oficiais, julgue os itens seguintes.

- 25 O ofício é o documento adequado para o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da administração pública entre si e também com particulares.
- 26 A mensagem é um expediente de natureza informativa usado por todas as repartições públicas para comunicar-se com os cidadãos.

No que concerne à administração pública, julgue os itens a seguir.

- 27 **Situação hipotética:** Um servidor do TCE/PA, que já havia cumprido os requisitos legais para se aposentar, cometeu grave ilícito administrativo e, temendo a sua demissão, aposentou-se antes que a administração tomasse ciência do fato. **Assertiva:** Nessa situação, obedecidos os ritos legais da Lei Estadual n.º 5.810/1994, poderá a administração cassar a referida aposentadoria, uma vez que o ilícito ocorreu quando o servidor ainda estava na atividade.
- 28 Do ponto de vista subjetivo, a administração pública integra o Poder Executivo, que exerce com exclusividade as funções administrativas, em decorrência do princípio da separação dos poderes.
- 29 **Situação hipotética:** O TCE/PA alugou várias salas de aula de uma escola privada para a realização do curso de formação de seus novos servidores. **Assertiva:** Nessa situação, o ato de locação, ainda que seja regido pelo direito privado, é considerado um ato administrativo.

A respeito dos poderes da administração pública e dos serviços públicos, julgue os itens que se seguem.

- 30 Se a competência para a prestação de determinado serviço público for atribuída aos estados federados de forma privativa, então a prestação desse serviço não poderá ser exercida pela União nem pelos municípios.
- 31 A prerrogativa da administração de impor sanções a seus servidores, independentemente de decisão judicial, decorre imediatamente do poder disciplinar e mediatamente do poder hierárquico.

Com relação à organização administrativa e às licitações, julgue os próximos itens.

- 32 **Situação hipotética:** Determinado tribunal de contas, para comemorar o aniversário de sua criação, realizará um evento no qual está prevista a apresentação de renomado músico nacional. **Assertiva:** Nessa situação, a contratação do referido músico configura hipótese de inexigibilidade de licitação, por se tratar de profissional do setor artístico consagrado pela opinião pública.
- 33 Em razão da complexidade das atividades incumbidas à administração pelas normas constitucionais e infralegais, existem, nos estados, diversas secretarias de estado com competências específicas, notadamente em função da matéria. Essa distribuição de atribuições denomina-se descentralização administrativa.

Considerando as disposições constitucionais sobre o Poder Legislativo e o processo legislativo, julgue os itens a seguir.

- 34 A Constituição Federal de 1988 reserva ao Congresso Nacional a prerrogativa de autorizar referendos e convocar plebiscitos.
- 35 As medidas provisórias vigoram pelo prazo improrrogável de sessenta dias e devem ser votadas em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- 36 A criação de território federal pelo Congresso Nacional, mediante lei complementar, independe, se resultante de desmembramento de estado da Federação, de consulta à assembleia legislativa do estado interessado, devendo ser precedida de aprovação da população diretamente interessada.

No que diz respeito à disciplina constitucional relativa aos direitos políticos, julgue o item seguinte.

- 37 A alistabilidade, que se refere à capacidade do indivíduo de ser eleitor, com direito de participar da escolha dos mandatários, é vedada aos estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, aos conscritos.

Com relação às competências do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue os itens que se seguem.

- 38 Cabe ao próprio Ministério Público a iniciativa de propor ao Poder Legislativo a edição de lei ordinária que disponha sobre a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, bem como sobre a política remuneratória e seus planos de carreira.
- 39 O Supremo Tribunal Federal fixou o entendimento de que a competência para julgar ações oriundas da relação de trabalho entre servidores e administração pública é da justiça federal, independentemente de serem servidores estatutários ou celetistas.

A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro e da disciplina constitucional sobre o Poder Executivo, julgue o item subsequente.

- 40 O presidente da República poderá, mediante decreto — independentemente de autorização do Congresso Nacional —, extinguir cargos públicos vagos.

Com fundamento nos conceitos e na legislação a respeito de controle na administração pública, julgue os itens a seguir.

- 41 No exercício de suas funções sancionatórias, o TCE/PA poderá aplicar ao responsável por contas consideradas irregulares a penalidade de inabilitação, por prazo determinado, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração estadual.
- 42 O controle interno situa-se no âmbito do controle administrativo e é exercido, em cada Poder, sobre seus próprios órgãos e entidades. Qualquer irregularidade que seja detectada e não comunicada ao respectivo tribunal de contas acarreta pena de responsabilidade solidária.
- 43 O Poder Legislativo, por exercer, nos limites da Constituição Federal de 1988, controle sobre os demais Poderes, inclusive sobre o Poder Judiciário, quando este executa função administrativa, tem a prerrogativa de sustar atos normativos do Executivo e do Judiciário, quando exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa, julgue o item seguinte.

- 44 As penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa também são aplicadas a não servidores e a quem induza ou concorra para a prática de ato de improbidade ou dele se beneficie de forma direta ou indireta.

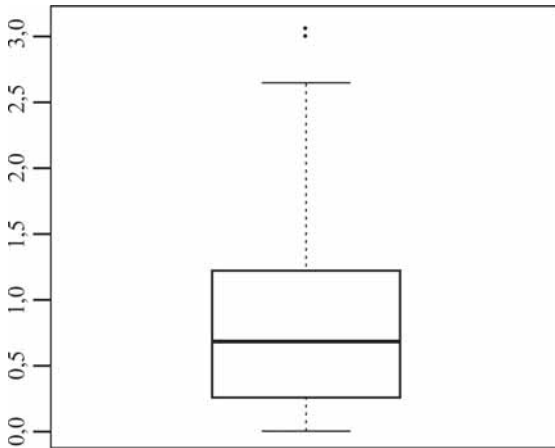
Em relação a controle jurisdicional e atividade financeira do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 45 Mecanismo de controle da atividade financeira do Estado, a verificação bimestral da capacidade de cumprimento das metas de resultado contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em face do comportamento da receita, pode levar os Poderes e o Ministério Público a promoverem contingenciamento das dotações orçamentárias e retenção dos recursos financeiros.
- 46 A ação civil pública, um dos meios ou instrumentos de controle jurisdicional da administração pública, objetiva proteger os interesses individuais, como, por exemplo, a defesa dos direitos do consumidor.

Tendo como referência as legislações federal e estadual, a Lei Orgânica e o Regimento Interno do TCE/PA, julgue os itens subsequentes.

- 47 É prerrogativa do TCE/PA a fiscalização da aplicação dos recursos provenientes das quotas entregues pela União ao estado do Pará referentes ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.
- 48 A prática de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico que não caracterize dano específico ao erário, mesmo que não seja apenas de natureza estritamente formal, enseja o julgamento das contas como regulares com ressalvas.
- 49 A jurisdição do TCE/PA se estende aos órgãos subordinados e às entidades vinculadas aos poderes públicos estaduais e municipais do estado.
- 50 Conselheiro do TCE/PA pode opinar, por qualquer meio de comunicação, sobre processo pendente de julgamento, desde que não esteja investido na condição de relator.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS



média amostral	0,80
desvio padrão amostral	0,70
primeiro quartil	0,25
mediana	0,70
terceiro quartil	1,20
mínimo	0
máximo	3,10

Um indicador de desempenho X permite avaliar a qualidade dos processos de governança de instituições públicas. A figura mostra, esquematicamente, a sua distribuição, obtida mediante estudo amostral feito por determinada agência de pesquisa. A tabela apresenta estatísticas descritivas referentes a essa distribuição.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 51 O coeficiente de variação da distribuição de X é inferior a 0,8.
- 52 O diagrama *box-plot* mostrado na figura sugere a existência de pelo menos duas observações atípicas.
- 53 O intervalo interquartil da distribuição do indicador X é superior a 1,4.
- 54 X representa uma variável qualitativa ordinal.
- 55 A distribuição do indicador X apresenta assimetria positiva (ou à direita).
- 56 A amplitude total da amostra é inferior a 3.

Se o tempo de espera por atendimento (T , em minutos) em determinada repartição pública segue uma distribuição exponencial com média igual a 30 minutos, então

- 57 o desvio padrão da variável aleatória T é igual a 30 minutos.
- 58 a probabilidade de ocorrer o evento $[T = 30]$, isto é, $P([T = 30])$, é igual a zero.
- 59 a moda da distribuição do tempo de espera T é igual a 30 minutos.
- 60 $P(T > 35 | T > 30) = P(T > 35)$.
- 61 a transformação $\exp(-T/30)$ resulta em uma distribuição uniforme.

Se as variáveis aleatórias X e Y seguem distribuições de Bernoulli, tais que $P[X = 1] = P[Y = 0] = 0,9$, então

- 62 a distribuição de X^2 é Bernoulli com média igual a 0,81.
- 63 as variâncias de X e Y são iguais.
- 64 a média de Y é superior a 0,5.
- 65 $P[X = 0, Y = 0] > 0,2$.
- 66 $X + Y$ segue uma distribuição binomial com parâmetros $n = 2$ e $p = 0,3$, se X e Y forem variáveis aleatórias independentes.

Uma amostra aleatória simples X_1, X_2, \dots, X_n foi retirada de uma população normal com média e desvio padrão iguais a 10. Julgue os próximos itens, a respeito da média amostral $\bar{X} = [X_1 + X_2 + \dots + X_n]/n$.

- 67 A variância de \bar{X} é igual a 100.
- 68 A média amostral segue uma distribuição t de Student com $n - 1$ graus de liberdade.
- 69 $P(\bar{X} - 10 > 0) \leq 0,5$.
- 70 A estatística \bar{X}^2 segue uma distribuição quiquadrado com 1 grau de liberdade.
- 71 A estatística $0,1(\bar{X} - 10)\sqrt{n}$ segue uma distribuição normal padrão.
- 72 O valor esperado da média amostral é igual a 10.

A respeito de uma variável aleatória contínua U , uniformemente distribuída no intervalo $[0, 1]$, julgue os seguintes itens.

- 73 A variância de U é inferior a $1/10$.
- 74 Se U_1, U_2, \dots, U_n é uma amostra aleatória simples retirada da distribuição U , então, para n suficientemente grande, a soma $U_1 + U_2 + \dots + U_n$ segue aproximadamente uma distribuição normal.
- 75 $P(U > 1/10) = 0,9$.

Uma amostra aleatória, com $n = 16$ observações independentes e identicamente distribuídas (IID), foi obtida a partir de uma população infinita, com média e desvio padrão desconhecidos e distribuição normal.

Tendo essa informação como referência inicial, julgue os seguintes itens.

- 76 Em um intervalo de 95% de confiança para a média populacional em questão, caso se aumente o tamanho da amostra em 100 vezes (passando a 1.600 observações), a largura total do intervalo de confiança será reduzida à metade.
- 77 A potência de um teste de hipóteses corresponde à probabilidade de se rejeitar a hipótese nula, dado que a hipótese nula é correta.
- 78 Para essa amostra aleatória simples, o valor esperado da média amostral é igual à média populacional.
- 79 Se a média populacional verdadeira for igual a 1,8 e o tamanho da amostra utilizada for $n = 16$, a estatística $\frac{m-1,8}{\frac{s}{4}}$, em que m é a média amostral e s é o desvio padrão amostral, terá distribuição t -Student com 15 graus de liberdade.
- 80 Caso, em uma amostra aleatória de tamanho $n = 4$, os valores amostrados sejam $A = \{2, 3, 0, 1\}$, a estimativa de máxima verossimilhança para a variância populacional será igual a $\frac{5}{3}$.
- 81 Se a média amostral for igual a 3,2 e a variância amostral, igual a 4,0, o estimador de máxima verossimilhança para a média populacional será igual a 1,6.
- 82 Se a variância amostral for igual a 4,0, o erro padrão da média amostral será igual a 0,5.

Considerando uma população finita em que a média da variável de interesse seja desconhecida, julgue os itens a seguir.

- 83 Para uma amostra aleatória estratificada, quanto mais homogêneos forem os valores populacionais dentro de cada estrato, menor será o tamanho de amostra necessário para se obter determinado nível de precisão das estimativas da média populacional.
- 84 Considere uma amostragem com três estratos, cujos pesos populacionais sejam 0,2, 0,3 e 0,5. Considere, ainda, que os tamanhos das amostras em cada estrato correspondam, respectivamente, a $n_1 = 20$, $n_2 = 30$ e $n_3 = 50$, e que as médias amostrais sejam 12 kg, 6 kg e 8 kg, respectivamente. Nessa situação, a estimativa pontual da média populacional, com base nessa amostra, é igual a 8,2 kg.
- 85 Se uma amostra aleatória simples, sem reposição, for obtida de uma população finita constituída por $N = 45$ indivíduos, o fator de correção para população finita não será considerado na definição do tamanho da amostra para a estimação da média.
- 86 Em uma amostragem aleatória simples, sem reposição das observações selecionadas no conjunto de observações para sorteio, a amostra final resultante apresenta dependência entre os valores amostrados.
- 87 Um processo de amostragem sistemática pode ser compreendido como um processo de amostragem por conglomerados.
- 88 Se os totais de observações na amostra dos processos de amostragem aleatória simples e de amostragem aleatória estratificada forem iguais, o desvio padrão do estimador da média por amostragem aleatória simples será menor que o por amostragem estratificada.

Uma regressão linear simples é expressa por $Y = a + b \times X + e$, em que o termo e corresponde ao erro aleatório da regressão e os parâmetros a e b são desconhecidos e devem ser estimados a partir de uma amostra disponível. Assumindo que a variável X é não correlacionada com o erro e , julgue os itens subsecutivos, nos quais os resíduos das amostras consideradas são IID, com distribuição normal, média zero e variância constante.

- 89 Para uma amostra de tamanho $n = 25$, em que a covariância amostral para o par de variáveis X e Y seja $\text{Cov}(X, Y) = 20,0$, a variância amostral para a variável Y seja $\text{Var}(Y) = 4,0$ e a variância amostral para a variável X seja $\text{Var}(X) = 5,0$, a estimativa via estimador de mínimos quadrados ordinários para o coeficiente b é igual a 5,0.
- 90 Se, em uma amostra de tamanho $n = 25$, o coeficiente de correlação entre as variáveis X e Y for igual a 0,8, o coeficiente de determinação da regressão estimada via mínimos quadrados ordinários, com base nessa amostra, terá valor $R^2 = 0,64$.
- 91 Considere que as estimativas via método de mínimos quadrados ordinários para o parâmetro a seja igual a 2,5 e, para o parâmetro b , seja igual a 3,5. Nessa situação, assumindo que $X = 4,0$, o valor predito para Y será igual a 16,5, se for utilizada a reta de regressão estimada.
- 92 Considere que, em uma amostra aleatória de tamanho $n = 20$, tenham sido estimados os parâmetros da regressão linear em questão e que tenha sido realizado um teste de hipóteses com hipótese nula $H_0: b = 3$, para o parâmetro b , utilizando-se a estatística teste t . Nessa situação, supondo-se que a hipótese nula seja verdadeira, é correto afirmar que a estatística t tem distribuição t -Student com 19 graus de liberdade.
- 93 Se, depois de realizado um teste de hipóteses com hipótese nula $H_0: b = 0$ para o coeficiente b , for encontrado um p -valor menor que 0,000001, não existirá uma relação linear estatisticamente significativa entre as variáveis X e Y .
- 94 A variável Y é denominada variável explicativa, e a variável X é denominada variável dependente.

Uma regressão linear múltipla é expressa por $Y = a + b \times X + c \times W + e$, em que a , b e c são parâmetros desconhecidos e o termo e representa o erro aleatório. A regressão é calculada com base em uma amostra de n observações, IID, com distribuição normal, média zero e variância constante. Considerando que e não se correlacione com X ou W , julgue o próximo item.

- 95 É possível testar a significância estatística conjunta dos coeficientes b e c utilizando-se a estatística $F = \frac{TSS - RSS}{2} / \left(\frac{RSS}{n-3} \right)$, em que TSS é a soma total dos quadrados dos desvios de Y em relação à sua média; RSS é a soma dos quadrados dos resíduos e n é o tamanho da amostra.

Considere um processo de amostragem de uma população finita cuja variável de interesse seja binária e assuma valor 0 ou 1, sendo a proporção de indivíduos com valor 1 igual a $p = 0,3$. Considere, ainda, que a probabilidade de cada indivíduo ser sorteado seja a mesma para todos os indivíduos da amostragem e que, após cada sorteio, haja reposição do indivíduo selecionado na amostragem. A partir dessas informações, julgue os itens subsequentes.

- 96 Se, em uma amostra de tamanho $n = 10$, os valores observados forem $A = \{1, 0, 1, 0, 1, 0, 0, 1, 0, 0\}$, o erro padrão da média amostral será igual a $\frac{0,5 \times 0,5}{10}$.
- 97 Para amostras de mesmo tamanho n , o erro padrão da estimativa da média populacional decrescerá, à medida que for se aproximando de 0 a probabilidade estimada de cada indivíduo ser sorteado.
- 98 Se, dessa população, for coletada uma amostra aleatória de tamanho $n = 1$, a probabilidade de um indivíduo apresentar valor 1 é igual a 0,5.
- 99 Se for coletada uma amostra de tamanho $n = 20$, o número total de observações sorteadas com valor 1 terá distribuição binomial com parâmetros n e p .
- 100 Caso, em uma amostra de tamanho $n = 10$, os valores observados sejam $A = \{1, 0, 1, 0, 1, 0, 0, 1, 0, 0\}$, a estimativa via estimador de máxima verossimilhança para a média populacional será igual a 0,4.

Julgue os itens seguintes, relativos ao orçamento público.

- 101 Cabe ao governo executar as funções econômicas exercidas pelo Estado, as quais se dividem em alocativa, distributiva e estabilizadora.
- 102 O foco primordial do orçamento tradicional é o detalhamento da despesa, e não o atendimento às necessidades da sociedade ou aos objetivos que motivam a elaboração do orçamento.
- 103 De acordo com o princípio da unidade orçamentária, a vigência do orçamento deverá ser limitada a um exercício financeiro.
- 104 O processo orçamentário é concluído com a aprovação das diversas leis orçamentárias que, em seu decorrer, foram elaboradas.
- 105 Além de ser um dos instrumentos de gestão mais antigos da administração pública, o orçamento público é um conceito estático cujas funções têm permanecido inalteradas desde a sua criação.

Com relação ao orçamento público brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 106 Entre as finalidades do sistema de planejamento e de orçamento federal inclui-se a formulação do planejamento estratégico nacional.
- 107 Além de executar a elaboração dos projetos de lei de diretrizes orçamentárias e de lei orçamentária anual, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) — órgão responsável pela coordenação do processo orçamentário — realiza atividades relativas ao cumprimento das metas fiscais delineadas pelo governo federal.
- 108 No processo orçamentário, depois de o Congresso Nacional apreciar o projeto de lei orçamentária, cabe ao presidente da República aprová-lo ou vetá-lo integralmente. Nesse processo, vetos parciais não são cabíveis.
- 109 As classificações orçamentárias da receita recebem denominações semelhantes às da despesa, para facilitar o entendimento da origem e a definição do destino dos recursos.

- 110 Despesas públicas não computadas na lei de orçamento anual ou insuficientemente dotadas poderão ser autorizadas por meio dos denominados créditos adicionais.

A respeito do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual (LOA), julgue os itens que se seguem.

- 111 Alterações na legislação tributária deverão estar dispostas na LDO.
- 112 A LOA é composta integralmente por dois orçamentos: o fiscal e o da seguridade social.
- 113 As políticas das agências financeiras oficiais de fomento deverão ser estabelecidas na LDO.
- 114 Com duração de quatro anos, a vigência do PPA coincidirá com os quatro anos do mandato do presidente da República eleito.
- 115 O PPA estabelece não só as despesas de capital, mas também outras despesas delas decorrentes.

Acerca da programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens subsequentes.

- 116 Descentralização financeira corresponde ao repasse, em caráter emergencial, de recursos da União para os estados, o Distrito Federal e os municípios.
- 117 Um objetivo do acompanhamento da execução orçamentária é monitorar o processo de cumprimento das metas de superávit primário.
- 118 Considerando-se a definição dos termos crédito e recurso no contexto da técnica orçamentária, é correto afirmar que a execução financeira trata da utilização dos créditos consignados na LOA.

Para reformar, em 2009, um estádio de futebol situado em Belém – PA, o governo estadual contratou uma empresa que estimou o orçamento para a execução das obras em R\$ 18 milhões.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 119 Caso os recursos para a execução da reforma tivessem ultrapassado o orçamento inicial previsto na LOA, poderiam ter sido abertos créditos suplementares para a conclusão da obra.
- 120 Se tivessem sido necessários mais R\$ 2 milhões para a execução da reforma, a abertura de créditos adicionais dependeria de indicação prévia da fonte de recursos para suportar essa despesa.